



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **4000429-93.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Cesar Eduardo Zainun**
 Embargado: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Cesar Eduardo Zainun opôs embargos à execução que, com fundamento em título executivo extrajudicial, lhe move Itaú Unibanco S/A, dizendo que o título exequendo se ressentia da falta de liquidez, certeza e exigibilidade. A planilha de débito está em desconformidade com a essência do título exequendo. O embargado cumulou injustamente as taxas de comissão de permanência com outros encargos moratórios, os juros superaram o limite legal, praticou a capitalização mensal de juros remuneratórios, afrontou a Lei de Usura. Pede a nulidade da execução e, se superado esse objetivo, que se declare nula a cláusula contratual que permitiu a cobrança dos encargos abusivos acima referidos, trancando-se a execução.

O embargado impugnou a inicial dos embargos sustentando que a dívida exequenda subsiste tal qual reclamada na execução. O título exequendo se reveste das características exigidas pela lei. Aplicou todos os encargos contratuais e que encontram sustentação no ordenamento jurídico, não incorrendo em abusividade alguma. Improcedem os embargos à execução.

Houve réplica. Foi deferida a produção da prova pericial. O embargante não recolheu o custo remuneratório do perito. O embargado não exibiu os documentos listados pelo perito.

É o relatório. Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

Por descuido deste juiz é que foi deferida a produção da prova pericial contábil. A releitura atenta da inicial dos embargos confirma que o embargante pautou seus fundamentos dentro de um contexto genérico, totalmente divorciado da Súmula 286, do STJ. Em razão disso, é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da eventual abusividade das cláusulas do contrato exequendo, consoante a Súmula 381, do STJ.

O contrato de fls. 11/18 da execução preenche todos os requisitos exigidos pelo inciso II, do art. 585, do CPC. O embargante não apontou de forma específica e convincente quais as falhas estruturais desse título executivo extrajudicial.

O embargado deixou de pagar o financiamento desde o vencimento da 16ª prestação, ocorrido em 15.07.2012. A cláusula 16 de fls. 15/16 da execução informa quais os encargos moratórios ajustados: juros remuneratórios de 1,62% ao mês, conforme cláusula 2.7.1 de fl. 11, com capitalização diária, além de juros moratórios de 1% ao mês, também com capitalização diária e, em ambos os casos, essa capitalização se daria desde o vencimento da prestação até a data do efetivo pagamento. Não houve ajuste de correção monetária nem de comissão de permanência. A planilha de cálculo de fl. 5 acrescentou multa de 2% que tem previsão na cláusula 16.1 de fl. 15 da execução, bem como os anteriores encargos já explicitados, não incidindo em abusividade alguma.

A capitalização mensal dos juros remuneratórios e moratórios tem previsão expressa no contrato exequendo, daí a sua exigibilidade. Nesse sentido o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ, no REsp 973.827, julgado segundo o rito dos Recursos Repetitivos (art. 543-C, do CPC): "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da MP nº 1963-17/2000 (em vigor como MP 2170-36/2001), desde que expressamente pactuada." No mesmo julgamento, foi firmada a seguinte tese para os efeitos do art. 543-C, do CPC: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada."

O contrato exequendo e o pleito inicial da execução estão revestidos de liquidez, certeza e exigibilidade, motivos para serem repelidas as genéricas teses apresentadas na inicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

dos embargos.

JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução.

Condeno o embargante a pagar ao embargado 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, custas do processo e as de reembolso. Independente do trânsito em julgado, prossiga-se desde já na execução, providenciando cópia desta para aqueles autos. Caso haja interposição de recurso a esta sentença, o cartório informará naqueles autos os efeitos do recebimento daquele e a data de remessa dos autos ao TJSP. Caso não haja recurso, idêntica providência (certidão) deverá ser lançada na execução, onde também, de modo cumulativo, se processará a cobrança executiva do ônus da sucumbência ora fixados.

P.R.I.

São Carlos, 25 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**